Edward Hallet Carr

7ª Reimpressão

Que é história?



PAZ E TERRA

Edward Hallet Carr nasceu em 1892 e foi educado na Marchant Taylors School, de Londres, e no Trinity College, de Cambridge.

Ingressou no Foreign Office em 1916 e, depois de ocupar diversos cargos nesse Ministério, na Inglaterra e no exterior, resignou a todos eles em 1936, tornando-se professor de política internacional na Universidade de Wales (País de Gales).

Foi editor-assistente do *The Times* entre 1953 e 1955 e membro do Trinity College de Cambridge, em 1955.

Dentre suas múltiplas publicações se destacam:

The Romantic Exiles (1933, 1968) — Os exilados românticos—, que relata as preocupações teóricas e as rixas pessoais de exilados russos, liberais e anarquistas, de meados do século XIX.

The Twenty Years' Crisis: 1919/1939 (publicado em 1939 pela primeira vez) — A crise dos vinte anos: 1919/1939.

Conditions of Peace — (1942) Condições de paz.

The Soviet Impact on the Western World (1946) — O impacto soviético no mundo ocidental.

The New Society (1951) — A sociedade nova.

History of Soviet Russia — A história da Rússia soviética —, em 6 volumes, cuja primeira parte, compreendendo 3 tomos, se intitula: *The Bolshevik Revolution: 1917-1923*, que analisa os eventos e controvérsias do movimento bolchevique entre 1898 e 1917, dando a tônica do caráter da revolução russa de 1917. O tomo seguinte, *The Economic Order* — A ordem econômica —, discute a economia política implantada pelo regime soviético. O terceiro, *Soviet Russia and the World* — A União Soviética e o mundo —, analisa a política externa russa da época. O quarto volume, *The Interregnum: 1923-1924* — O interregno —, foi publicado em 1954 e *Socialism in One Country: 1924-1926* — Socialismo em um só país — em dois tomos, em 1958/1964.

Essa monumental história dos primórdios da revolução russa elevou E. H. Carr à categoria de "...o mais notável historiador moderno e um dos que mais contribuíram para a teoria da história" (*Spectator*). O presente volume, que reúne as conferências proferidas por E.H. Carr em homenagem ao historiador inglês George Macaulay Trevelyan na Universidade de Cambridge, em 1961, confirma essa opinião do *Spectator*.

O autor mostra que, mesmo quando a objetividade histórica absoluta é impossível de ser alcançada, isso não diminui a importância do trabalho do historiador nem o fascínio do estudo da história. Só na Inglaterra, o presente livro teve até agora 8 edições.



http://groups-beta.google.com/group/digitalsource

QUE É HISTÓRIA?

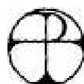
E. H. Carr

QUE É HISTÓRIA?

Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr
na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961.

tradução de
Lúcia Maurício de Alverga
revisão técnica de
Maria Yedda Linhares

7ª Reimpressão



PAZ E TERRA

© Paz e Terra
© Copyright by Edward Hallet Carr, 1961
Título do Original em inglês:
What is History?
Editoração eletrônica: Segmento & Co. Produções Gráficas Lda.
Revisão: Paulo Rogério A. Mendonça

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Carr, Edward Hallet, 1892
C299q
Que é história? conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E. H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961; tradução de Lúcia Maurício de Alverga, revisão técnica de Maria Yedda Linhares, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª ed. 1982.

Do original em inglês: What is History?
Bibliografia
1. História - Filosofia I. Título
CDD - 901
76-0597 CDU-930.1

Direitos adquiridos pela
EDITORA PAZ E TERRA S.A.
Rua do Triunfo, 177 01212-010 - São Paulo - SP
Tel.: (011) 223-6522
Rua Dias Ferreira n° 417 - Loja Parte
22431-050 - Rio de Janeiro - RJ
Tel.: (021) 259-8946
que se reserva a propriedade desta tradução

Conselho Editorial
Antonio Candido
Celso Furtado
Fernando Gasparian
Fernando Henrique Cardoso *(licenciado)*

1996

Impresso no Brasil / *Printed in Brazil*

I. O Historiador e seus Fatos

Que é história? Para que ninguém pense que a pergunta é sem sentido ou supérflua, farei referência neste texto a duas passagens que apareceram, respectivamente, na primeira e na segunda publicações da *Cambridge Modern History.* Citarei Acton no seu relatório de outubro de 1896 para os membros do Conselho da Cambridge University Press sobre o trabalho que ele se comprometera a dirigir:

"É uma oportunidade única de registrar, da maneira mais útil para o maior número, a abundância de conhecimentos que o século XIX está em vias de legar... Pela divisão criteriosa do trabalho, deveríamos ser capazes de fazê-lo e levar ao conhecimento de todos o documento mais recente e as conclusões mais amadurecidas da pesquisa internacional.

Não podemos ter nesta geração a história definitiva, mas podemos dispor da história convencional e mostrar o ponto a que chegamos entre uma e outra, agora que todas as informações estão ao nosso alcance e que cada problema tem possibilidade de solução."[1]

Quase 60 anos mais tarde, o professor Sir George Clark, na sua introdução à segunda *Cambridge Modern History,* comentou sobre a convicção de Acton e seus colaboradores de que um dia seria possível produzir "a história definitiva", e continuou:

"Historiadores de uma geração posterior não parecem desejar qualquer perspectiva desse tipo. Eles esperam que seu trabalho seja superado muitas e muitas vezes. Eles consideram que o conhecimento do passado veio através de uma ou mais mentes humanas, foi 'processado' por elas e portanto, não pode compor-se de átomos elementares e impessoais que nada podem alterar... A pesquisa parece ser interminável, e alguns eruditos impacientes refugiam-se no ceticismo, ou pelo menos na doutrina segundo a qual, desde que todos os julgamentos históricos envolvem pessoas e pontos de vista, um é tão bom quanto o outro, e não há verdade histórica 'objetiva'.[2]

Quando os ilustres professores se contradizem tão flagrantemente, o campo fica aberto para investigação. Espero estar suficientemente atualizado para reconhecer que qualquer coisa escrita nos anos de 1890 deve ser tolice. Mas ainda não sou bastante avançado para expressar a opinião de que qualquer coisa escrita nos anos de 1950 obrigatoriamente faça sentido. Aliás, já lhe deve ter ocorrido que esta investigação está

sujeita a ultrapassar a própria natureza da história. O choque entre Acton e Sir George Clark é o reflexo da mudança de nossa visão global da sociedade no intervalo entre dois pronunciamentos. Acton fala da convicção positiva, da autoconfiança límpida, do fim da era vitoriana; Sir George Clark repercute a perplexidade e o ceticismo aturdido da geração *beat.* Quando tentemos responder à pergunta "Que é história?" nossa resposta, consciente ou inconscientemente reflete nossa própria posição no tempo, e faz parte da nossa resposta a uma pergunta mais ampla: que visão nós temos da sociedade em que vivemos? Não tenho medo de que meu tema possa, em exame mais detalhado, parecer trivial. Receio apenas que eu possa parecer presunçoso por ter levantado uma questão tão vasta e tão importante.

O século XIX foi uma grande época para fatos. "O que eu quero", disse o sr. Gradgrind em *Hard Times,* "são fatos... Na vida só queremos fatos." Os historiadores do século XIX em geral concordavam com ele. Quando Ranke, por volta de 1830, num protesto legítimo contra a história moralizante, acentuou que a tarefa do historiador era "apenas mostrar como realmente se passou" (*wie es eigentlich gewesen),* este aforisma não muito profundo teve um êxito espantoso. Três gerações de historiadores alemães, ingleses e mesmo franceses marcharam para a batalha entoando as palavras mágicas "Wie es eigentlich gewesen" como um encantamento - destinado, como a maioria dos encantamentos, a poupá-los da obrigação cansativa de pensarem por si próprios. Os positivistas, ansiosos por sustentar sua afirmação da história como uma ciência, contribuíram com o peso de sua influência para este culto dos fatos. Primeiro verifique os fatos, diziam os positivistas, depois tire suas conclusões. Na Grã-Bretanha, esta visão da história se adequava perfeitamente à tradição empirista que era a corrente dominante na filosofia britânica de Locke a Bertrand Russel. A teoria empírica do conhecimento pressupõe uma separação completa entre sujeito e objeto. Fatos, como impressões sensoriais, impõem-se, de fora, ao observador e são independentes de sua consciência. O processo de recepção é passivo: tendo recebido os dados, ele então atua sobre eles. O *Oxford Shorter English Dictionary,* um trabalho útil mas tendencioso da escola empírica, enfatiza claramente a separação dos dois processos definindo um fato como "dados de experiência distintos das conclusões". Isto é o que se pode chamar visão "senso comum" da história. A história consiste num corpo de fatos verificados. Os fatos estão disponíveis para os historiadores nos documentos, nas inscrições, e assim por diante, como os peixes na tábua do peixeiro. O historiador deve reuni-los, depois levá-los para casa, cozinhá-los, e então servi-los da maneira que o atrair mais. Acton, cujo

gosto culinário era austero, queria que fossem servidos simples. Na sua carta de instruções para os colaboradores da primeira *Cambridge Modern History,* deixou clara a exigência de que "nosso Waterloo deve ser tal, que satisfaça franceses e ingleses, alemães e holandeses da mesma maneira; que ninguém possa dizer sem examinar a lista de autores, onde o bispo de Oxford parou de escrever e onde Fairbairn ou Gasquet, Liebermann ou Harrison continuaram"[3]. Até mesmo Sir George Clark, crítico como era às atitudes de Acton, contrapôs "o caroço dos fatos" na história à "polpa envolvente da interpretação discutível"[4] - esquecendo-se talvez de que a parte polpuda da fruta é mais compensadora do que o caroço. Primeiro, acerte os fatos; só então corra o risco de mergulhar nas areias movediças da interpretação. Esta é a derradeira sabedoria da escola empírica e do senso comum da história. Lembra-me o ditado favorito do grande jornalista liberal C. P. Scott: "Os fatos são sagrados, a opinião é livre."

Mas isto claramente não satisfaz. Não vou entrar numa discussão filosófica sobre a natureza do nosso conhecimento do passado. Vamos presumir, para os propósitos atuais, que o fato de César ter atravessado o Rubicão e o fato de existir uma mesa no meio da sala são fatos da mesma ordem ou de uma ordem comparável, que ambos estes fatos entram em nossa consciência da mesma maneira ou de maneira comparável; e que ambos têm o mesmo caráter objetivo em relação à pessoa que os conhece. Mas mesmo nesta suposição arrojada e não muito plausível, nosso argumento logo encontra a dificuldade de que nem todos os fatos sobre o passado são fatos históricos, ou tratados como tal pelo historiador. Qual o critério que distingue fatos da história de outros fatos do passado?

Que é um fato histórico? Esta é urna questão crucial que devemos olhar mais de perto. De acordo com a visão do senso comum, há certos fatos básicos que são os mesmos para todos os historiadores e que formam, por assim dizer, a espinha dorsal da história - o fato, por exemplo, de que a Batalha de Hastings aconteceu em 1066. Mas esta maneira de ver, requer duas observações. Em primeiro lugar, não são fatos como este que interessam primordialmente ao historiador. Sem dúvida é importante saber que a grande batalha foi disputada em 1066 e não em 1065 ou 1067, e que foi disputada em Hastings e não em Eastbourne ou Brighton. O historiador não deve errar nessas coisas. Mas quando pontos deste tipo são levantados, fazem lembrar a observação de Housman de que "exatidão é um dever, não uma virtude"[5]. Elogiar um historiador por sua exatidão é o mesmo que elogiar um arquiteto por usar a madeira mais conveniente ou o concreto adequadamente misturado. Trata-se de uma condição necessária do seu

trabalho, mas não sua função essencial. É precisamente para assuntos deste tipo que é permitido basear-se no que se tem chamado de "ciências auxiliares" da história - arqueologia, epigrafia, numismática, cronologia e outras. Não é exigido do historiador ter a perícia especial que capacita o especialista a determinar a origem e o período de um fragmento de cerâmica ou mármore, a decifrar uma inscrição obscura, ou a fazer elaborados cálculos astronômicos necessários para estabelecer a data exata. Estes tão chamados fatos básicos, que são os mesmos para todos os historiadores, normalmente pertencem mais à categoria de matéria-prima do historiador do que à própria história. A segunda observação é que a necessidade de estabelecer estes fatos básicos repousa não em qualquer qualidade dos próprios fatos, mas numa decisão *a priori* do historiador. A despeito do *moto* de C. P. Scott, todo jornalista sabe hoje que a maneira mais eficaz de influenciar a opinião pública é através da seleção e disposição dos fatos apropriados. É comum dizer-se que os fatos falam por si. Naturalmente isto não é verdade. Os fatos falam apenas quando o historiador os aborda: é ele quem decide quais os fatos que vêm à cena e em que ordem ou contexto. Acho que foi um dos personagens de Pirandello quem disse que um fato é como um saco - não ficará de pé até que se ponha algo dentro. A única razão por que estamos interessados em saber que a batalha foi disputada em Hastings em 1066 é que os historiadores olham-na como um grande acontecimento histórico. É o historiador quem decide por suas próprias razões que o fato de César atravessar aquele pequeno riacho, o Rubicão, é um fato da história, ao passo que a travessia do Rubicão, por milhões de outras pessoas antes ou desde então não interessa a ninguém em absoluto. O fato de você ter chegado neste edifício meia hora atrás a pé, ou de bicicleta, ou de carro, é exatamente tanto um fato do passado quanto o fato de César ter atravessado o Rubicão. Mas provavelmente será ignorado pelos historiadores. O professor Talcott Parsons uma vez designou ciência como "um sistema seletivo de orientações cognitivas para a realidade"[6]. Talvez isto possa ser colocado de maneira ainda mais simples. Mas história é, entre outras coisas, isto. O historiador é necessariamente um selecionador. A convicção num núcleo sólido de fatos históricos que existem objetiva e independentemente da interpretação do historiador é uma falácia absurda, mas que é muito difícil de erradicar.

Vamos nos deter um pouco no processo pelo qual um mero fato do passado é transformado num fato da história. Em Stalybridge Wakes, em 1850, um vendedor de pão de gengibre, em conseqüência de uma pequena briga, foi morto a pontapés por uma multidão enfurecida. Isto é um fato da história? Há um ano eu teria dito sem hesitar:

"não". O fato fora relatado por uma testemunha local em algum livreto de memórias desconhecido[7]; mas eu nunca o vira julgado digno de menção por qualquer historiador. Um ano atrás, o Dr. Kitson Clark citou-o nas suas conferências Ford em Oxford[8]. Isto o transforma num fato histórico? Não, eu continuo achando que não. Seu *status* atual, creio, é que ele foi proposto para membro de um clube seleto de fatos históricos e agora espera que alguém o apóie e patrocine. Pode ser que, no curso dos próximos anos, vejamos este fato aparecendo primeiro em notas de pé de página, depois em textos de artigos e livros sobre a Inglaterra do século XIX, e que ao fim de 20 ou 30 anos possa ser um fato histórico bem estabelecido. Por outro lado, ninguém pode presumir em que caso ele será relegado ao limbo dos fatos não históricos sobre o passado do qual o Dr. Kitson Clark tentou galantemente salvá-lo. O que decidirá qual das duas coisas vai acontecer? Dependerá, acho, da tese ou interpretação - em apoio da qual o Dr. Kitson Clark citou este incidente - ser aceita por outros historiadores como válida e significativa. Seu *status* como um fato histórico dependerá de um problema de interpretação. Este elemento de interpretação entra em todo fato de histórias.

Posso permitir-me uma lembrança pessoal? Quando estudei história antiga nesta universidade muitos anos atrás, tinha como assunto especial "a Grécia no período das Guerras Pérsicas". Juntei quinze ou vinte volumes na estante e fiquei certo de que ali, registrados nesses volumes, eu tinha todos os fatos relativos ao meu tema. Vamos supor - era bem próximo da verdade - que aqueles livros contivessem todos os fatos já conhecidos sobre o assunto ou que podiam ser conhecidos. Nunca me ocorreu investigar por que acidente ou processo de desgaste aquela minuciosa seleção de fatos, de toda a miríade de fatos que um dia podem ter sido conhecidos por alguém, havia sobrevivido para se tornar os fatos da história. Suspeito que mesmo hoje um dos fascínios da história antiga e medieval é que nos dá a ilusão de termos todos os fatos disponíveis dentro de limites manejáveis: a distinção aborrecida entre os fatos da história e outros fatos sobre o passado desaparece, porque os poucos fatos conhecidos são todos fatos de história. Como disse Bury, que trabalhou em ambos os períodos, "os registros da história antiga e medieval são semeados de lacunas"[9]. A história tem sido vista como um enorme quebra-cabeças com muitas partes faltando. Mas o problema principal não consiste em lacunas. Nossa imagem da Grécia no século V a.C. é incompleta, não porque tantas partes se perderam por acaso, mas porque é, em grande parte, o retrato feito por um pequeno grupo de pessoas de Atenas. Nós bem sabemos como a Grécia do século V era vista por um cidadão ateniense; mas não sabemos praticamente nada de como era vista por um

espartano, um corintiano, ou um tebano - para não mencionar um persa, ou um escravo ou outro não-cidadão residente em Atenas. Nossa imagem foi pré-selecionada e predeterminada para nós, não tanto por acaso mas por pessoas que estavam consciente ou inconscientemente imbuídas de uma visão particular e que consideravam os fatos que sustentavam esta visão dignos de serem preservados. Da mesma maneira, quando leio num livro recente de história da Idade Média que as pessoas da Idade Média se interessavam profundamente por religião, fico imaginando como nós podemos saber isto e se isto é verdade. O que nós conhecemos como fatos da história medieval foram quase todos selecionados para nós por gerações de cronistas que se ocupavam profissionalmente com a teoria e a prática da religião, que, portanto, consideravam-na de extrema importância, registravam tudo em relação a ela e pouca coisa a mais. A figura dos camponeses russos como profundamente religiosos foi destruída pela Revolução de 1917. A figura do homem medieval como devotamente religioso, se verdadeira ou não, é indestrutível, porque praticamente todos os fatos conhecidos sobre ele foram pré-selecionados para nós por pessoas que acreditavam nisto, que queriam que outros acreditassem, e uma quantidade de outros fatos em que possivelmente teríamos encontrado evidências do contrário perdeu-se irrevogavelmente. A mão morta de gerações de historiadores que desapareceram, escribas e cronistas, determinou, sem possibilidade de apelação o padrão do passado. "A história que nós lemos", escreve o professor Barraclough, ele próprio medievalista, "embora baseada em fatos, não é, para dizer a verdade, absolutamente factual, mas uma série de julgamentos aceitos"[10].

Passemos, no entanto, a verificar a situação difícil, embora diferente, em que se defronta o historiador face à história moderna. O especialista em história antiga ou medieval tem a seu favor o fato de poder contar com um conjunto de fatos históricos selecionados através de um longo processo. Como Lytton Strachey disse, na sua maneira maliciosa, "a ignorância é o primeiro requisito do historiador, ignorância esta que simplifica e esclarece, que seleciona e omite"[11]. Quando sou tentado, como por vezes ocorre, a invejar a grande competência de colegas engajados em escrever história antiga ou medieval, consolo-me achando que eles são tão competentes assim sobretudo porque não têm tanto conhecimento como se pensa do seu assunto. O historiador dos tempos modernos não leva qualquer vantagem desta ignorância intrínseca. Ele deve cultivar para si mesmo esta ignorância necessária - tanto mais quanto maior a proximidade de sua própria época. Ele tem a dupla tarefa de descobrir os poucos fatos importantes e transformá-los em fatos da história e de descartar os muitos fatos

insignificantes como não históricos. Mas isto é exatamente o inverso da heresia do século XIX segundo a qual a história consiste na compilação de um número máximo de fatos irrefutáveis e objetivos. Qualquer um que se entregue a esta heresia ou terá de desistir da história, por ser um mau negócio, e se dedicar a colecionar selos ou algum outro passatempo antiquado, ou terminar num hospício. É esta heresia que, durante os últimos cem anos, vem provocando tamanhos efeitos devastadores no historiador dos tempos modernos, produzindo na Alemanha, Grã-Bretanha e nos Estados Unidos uma enorme e crescente massa de histórias factuais, fragmentadas e pulverizadas, de monografias minuciosamente especializadas de pretensos historiadores; que sabem cada vez mais sobre cada vez menos, mergulhados sem vestígios num oceano de fatos. Suspeito que tenha sido esta heresia - mais do que o alegado conflito entre a lealdade ao liberalismo e ao catolicismo - que frustrou Acton enquanto historiador. Num de seus primeiros ensaios disse de seu professor Dollinger: "Ele jamais escreveria com dados imperfeitos e para ele os dados eram sempre imperfeitos"[12]. Acton estava certamente pronunciando um veredicto antecipado de si mesmo que constituiu um estranho fenômeno como historiador, pois era considerado por muitos como o mais notável ocupante da *Regius Chair of Modern History* que esta universidade jamais teve - mas que não escreveu história. E Acton escreveu seu próprio epitáfio, na nota introdutória do primeiro volume da *Cambridge Modern History,* publicado logo depois de sua morte, onde lamentou que as exigências que pressionavam o historiador "ameaçassem transformá-o de homem de letras em compilador de enciclopédias"[13]. Alguma coisa tinha saído errado. O que andou errado foi a convicção nesta incansável e interminável acumulação de fatos difíceis como fundamento da história, a convicção de que os fatos falam por si mesmos e que nós não podemos ter fatos demais. Uma convicção naquela época tão inquestionável que poucos historiadores de então consideraram necessário - e alguns ainda hoje julgam desnecessário - colocar a pergunta "Que é história?"

O fetichismo dos fatos do século XIX era completado e justificado por um fetichismo de documentos. Os documentos eram sacrário do templo dos fatos. O historiador respeitoso aproximava-se deles de cabeça inclinada e deles falava em tom reverente. Se está nos documentos é porque é verdade. Mas o que nos dizem esses documentos - decretos, tratados, registros de arrendamento, publicações parlamentares, correspondência oficial, cartas e diários particulares - quando nos ocupamos deles? (Nenhum documento pode nos dizer mais do que aquilo que o autor pensava - o que ele pensava que havia acontecido, o que devia acontecer ou o que aconteceria, ou talvez

apenas o que ele queria que os outros pensassem que ele pensava, ou mesmo apenas o que ele próprio pensava pensar. Nada disso significa alguma coisa, até que o historiador trabalhe sobre esse material e decifre-o. Os fatos, mesmo se encontrados em documentos, ou não, ainda têm de ser processados pelo historiador antes que se possa fazer qualquer uso deles: o uso que se faz deles é, se me permitem colocar dessa forma, o processo do processamento.

Darei um exemplo do que estou tentando dizer citando algo que conheço bem. Quando Gustav Stresemann, ministro do Exterior da República de Weimar, morreu em 1929, deixou atrás de si uma enorme massa - 300 caixas cheias - de papéis oficiais, semi-oficiais e particulares, quase todos relacionados com os seis anos de seu mandato como ministro do Exterior. Seus amigos e parentes naturalmente pensaram em fazer uma obra monumental em homenagem a um homem tão ilustre. Seu dedicado secretário Bernhard pôs-se a trabalhar, em três anos foram publicados três volumes maciços, com cerca de 600 páginas cada, de documentos selecionados daquelas 300 caixas, com o título pomposo de *Stresemanns Vermächtnis.* Normalmente os documentos se teriam desfeito em pó em algum porão ou sótão e desaparecido para sempre; ou talvez em cem anos ou mais algum literato curioso tê-los-ia encontrado e se disposto a compará-los com o texto de Bernhard. O que aconteceu foi ainda mais dramático. Em 1945, os documentos caíram nas mãos dos governos inglês e americano, que os fotografaram e colocaram as cópias fotostáticas à disposição dos estudiosos no *Public Record Office* em Londres e nos Arquivos Nacionais de Washington, de maneira que, se tivermos paciência e curiosidade suficientes, podemos descobrir exatamente o que Bernhard fez. O que ele fez não foi muito comum nem muito chocante. Quando Stresemann morreu, sua política ocidental parecia ter sido coroada por uma série de sucessos brilhantes - Locarno, a admissão da Alemanha na Liga das Nações, os planos *Dawes* e *Young* e os empréstimos americanos, a retirada dos exércitos de ocupação aliados das terras do Reno*.

---

* N.R. Os planos Dawes e Young, respectivamente de 1924 e 1929, foram patrocinados pelos Aliados vencedores e impostos à Alemanha vencida na Guerra de 1914-1918, com o objetivo de cobrar "reparações", estabelecendo, sobretudo pelo primeiro plano, rigorosos controles sobre as finanças internas alemãs.

Isto parecia a parte importante e compensadora da política externa de Stresemann; não era estranho que tivesse sido super-representada na seleção de documentos de Bernhard. A política oriental de Stresemann, por outro lado, suas relações com a União Soviética, não foi particularmente bem sucedida; além disso, uma vez que massas de documentos sobre negociações que apenas produziram resultados triviais não eram muito interessantes e nada acrescentavam à reputação de Stresemann, o processo de seleção podia ser mais rigoroso. Stresemann, na verdade, dedicou uma atenção muito mais constante e ansiosa às relações com a União Soviética, e elas desempenharam um papel muito maior na sua política externa como um todo, do que o leitor da seleção de Bernhard suporia. Mas os volumes de Bernhard ganham em comparação, imagino eu, com muitas coleções de documentos publicadas em que o historiador comum se fia implicitamente.

Este não é o fim da minha história. Logo depois da publicação dos volumes de Bernhard, Hitler subiu ao poder. O nome de Stresemann ficou esquecido na Alemanha e os volumes saíram de circulação: muitos dos exemplares, talvez a maioria, devem ter sido destruídos. Hoje, *Stresemanns Vermächtnis* é um livro raro. Mas a reputação de Stresemann no Ocidente permaneceu elevada. Em 1935 um editor inglês publicou uma tradução resumida do trabalho de Bernhard - uma seleção da seleção de Bernhard; talvez um terço do original tenha sido omitido. Sutton, tradutor de alemão bastante conhecido, fez seu trabalho muito bem e com competência. A versão inglesa, explicou ele no prefácio, era "ligeiramente condensada, mas apenas pela omissão de uma certa quantidade daquilo que, sentia-se, era assunto mais efêmero... de pequeno interesse para leitores ou estudantes ingleses"[14]. Mais uma vez é natural. Mas o resultado é que a política oriental de Stresemann, já sub-representada em Bernhard, retira-se ainda mais do panorama, e a União Soviética, aparece nos volumes de Sutton meramente como uma intrusa ocasional e muito mal recebida na política externa predominantemente ocidental de Stresemann. Ainda assim é a opinião geral, salvo para alguns especialistas, que Sutton e não Bernhard - e ainda menos os próprios documentos - representa para o mundo ocidental a voz autêntica de Stresemann.

Tivessem os documentos sucumbido no bombardeio de 1945 e tivessem os volumes restantes de Bernhard desaparecido, a autenticidade e autoridade de Sutton nunca teriam sido questionadas. Muitas coleções de documentos impressas, largamente aceitas por historiadores na falta dos originais, repousam em bases não mais seguras do que esta.

Quero, porém, levar a história mais além. Deixemos de lado Bernhard e Sutton e reconheçamos que podemos, se quisermos, consultar os documentos autênticos de alguém que teve um papel importante na história européia recente. O que nos dizem estes documentos? Entre outras coisas, contêm registros de algumas centenas das conversas de Stresemann com o embaixador soviético em Berlim e de uma vintena ou mais com Chicherin. Estes registros têm uma característica em comum. Eles descrevem Stresemann como tendo a parte do leão nas conversas, e revelam seus argumentos como invariavelmente bem colocados e convincentes, enquanto os de seu interlocutor são na maioria estreitos, confusos e não muito convincentes. Esta é uma característica familiar de todos os registros de conversações diplomáticas. Os documentos não nos contam o que aconteceu, mas somente o que Stresemann pensou que aconteceu, ou o que ele queria que outros pensassem, ou talvez o que ele próprio queria pensar que tivesse acontecido. Não foi Sutton nem Bernhard, mas o próprio Stresemann, quem começou o processo de seleção. Se nós tivéssemos, digamos, os registros de Chicherin destas mesmas conversas, assim mesmo apreenderíamos delas o que Chicherin pensou, e o que realmente aconteceu ainda teria de ser reconstruído na mente do historiador. Naturalmente, os fatos e os documentos são essenciais ao historiador. Mas que não se tornem fetiches. Eles por si mesmos não constituem a história; não fornecem em si mesmos respostas pronta a esta exaustiva pergunta: "Que é história?"

Neste ponto eu gostaria de dizer algumas palavras sobre porque os historiadores do século XIX eram em geral indiferentes à filosofia da história. A expressão foi inventada por Voltaire e tem sido, desde então, usada em diferentes sentidos; caso eu a utilize será para responder à pergunta "Que é história?" O século XIX foi, para os intelectuais da Europa ocidental, um período confortável, transpirando confiança e otimismo. Os fatos eram em conjunto satisfatórios; a inclinação para perguntar e responder questões difíceis sobre eles era respectivamente fraca. Ranke acreditava piamente que a Divina Providência cuidaria do significado da história, caso ele tomasse conta dos fatos; Burckhardt, com um toque mais moderno de cinismo, observou que "nós não somos iniciados nos propósitos da sabedoria eterna". O professor Butterfield, por volta de 1931, notou com aparente satisfação que "os historiadores refletem pouco sobre a natureza das coisas e mesmo sobre a natureza de seus próprios assuntos"[15]. Mas meu antecessor nestas conferências, Dr. A. L. Rowse, mais precisamente crítico, escreveu sobre *World crisis* de Sir Winston Churchill - seu livro sobre a Primeira Guerra Mundial - que, enquanto competia com a História da Revolução Russa de

Trotski em personalidade, brilhantismo e vigor, era inferior num aspecto: não apresentava "uma filosofia da história"[16].

Os historiadores britânicos recusaram-se a ser persuadidos, não porque acreditassem que a história não tinha significado, mas porque acreditavam que seu significado era implícito e evidente por si próprio. No século XIX, a visão liberal da história tinha uma afinidade próximo à doutrina econômica do *laissez-faire* - também produto de uma visão serena e autoconfiante do mundo. Que cada um trate de si, e a mão oculta cuidará da harmonia universal. Os fatos da história eram eles próprios uma demonstração do fato supremo de um progresso benéfico e aparentemente infinito em direção a coisas mais altas. Esta era a idade da inocência e os historiadores caminhavam no Jardim do Paraíso, sem um fragmento de filosofia para cobri-los, nus e sem vergonha diante do deus da história. Desde então conhecemos o Pecado e experimentamos a Expulsão do Paraíso; os historiadores que hoje fingem prescindir da filosofia da história estão meramente tentando, inútil e auto-conscientemente, como membros de uma colônia nudista, recriar o Jardim do Paraíso em seu subúrbio ajardinado. Hoje esta difícil pergunta não pode mais ser evitada.

Nos últimos 50 anos muitos foram os trabalhos sérios feitos sobre a pergunta "Que é história?" Partiu da Alemanha, o país que estava prestes a fazer tanto para abalar o confortável reinado do liberalismo do século XIX, o primeiro desafio, nas décadas de 1880 e 1890, à doutrina da primazia e da autonomia de fatos na história. Os filósofos que fizeram o desafio são agora pouco mais do que nomes: Dilthey é o único deles que recentemente recebeu algum reconhecimento tardio na Grã-Bretanha. Antes da passagem do século, prosperidade e confiança eram ainda grandes demais na Inglaterra para que qualquer atenção fosse prestada aos hereges que atacavam o culto dos fatos. Mas logo no princípio do novo século a tocha passou para a Itália, onde Croce começou a propor uma filosofia da História que obviamente devia muito aos mestres alemães. Toda história é "história contemporânea", declarou Croce[17], querendo assim dizer que a história consiste essencialmente em ver o passado através dos olhos do presente e à luz de seus problemas, que o trabalho principal do historiador não é registrar mas avaliar; porque, se ele não avalia, como pode saber o que merece ser registrado? Em 1910 o historiador americano Carl Becker argumentou, em linguagem deliberadamente provocadora, que "os fatos da história não existem para qualquer historiador até que ele os crie"[18]. Estes desafios foram pouco notados naquela época. Foi somente após 1920 que Croce começou a ficar em grande moda na França e na Grã-Bretanha. Isto não foi

talvez porque Croce era um pensador mais sutil ou melhor estilista do que seus antecessores alemães, mas porque, após a Primeira Guerra Mundial, os fatos pareciam sorrir para nós menos favoravelmente do que nos anos anteriores a 1914 e estávamos, portanto, mais acessíveis a uma filosofia que procurava diminuir o seu prestígio. Croce foi uma influência importante no filósofo e historiador de Oxford Collingwood, o único pensador britânico no século atual que fez uma abalizada contribuição à filosofia da história. Ele não viveu o suficiente para escrever a exposição sistemática que planejou; mas seus artigos publicados e notas não publicadas sobre o assunto foram reunidos, após sua morte, num volume intitulado *The idea of history,* editado em 1945.

As opiniões de Collingwood podem ser reunidas como se segue. A filosofia da história não é relacionada com "o passado em si" nem com "o pensamento do historiador sobre o passado em si mesmo", mas com "as duas coisas em suas relações mútuas". (Esta opinião reflete os dois significados correntes da palavra "história" -a pesquisa conduzida pelo historiador e as séries de acontecimentos passados em que ele investiga.) "O passado que o historiador estuda não é um passado morto mas um passo que, em algum sentido, está ainda vivo no presente." Mas um ato passado está morto, isto é, sem significado para o historiador, a menos que ele possa apreender o pensamento que está por trás deste passado, desde que "toda história é a história do pensamento" e "a história é a revalidação da mente do historiador do pensamento cuja história ele está estudando". A reconstituição do passado na mente do historiador está na dependência da evidência empírica. Mas não é em si mesmo um processo empírico e não pode consistir de uma mera narração de fatos. Ao contrário, o processo de reconstituição governa a seleção e interpretação dos fatos: isto, aliás, é o que faz deles fatos históricos. "História", diz o professor Oakeshott, que neste ponto se aproxima de Collingwood, "é a experiência do historiador. Ela não é 'feita' por ninguém exceto pelo historiador: escrever história é a única maneira de fazê-la"[19].

Esta crítica aguda, embora requeira algumas reservas sérias, revela certas verdades negligenciadas.

Em primeiro lugar, os fatos da história nunca chegam a nós "puros", desde que eles não existem nem podem existir numa forma pura: eles são sempre refratados através da mente do registrador. Como conseqüência, quando pegamos um trabalho de história, nossa primeira preocupação não deveria ser com os fatos que ele contém, mas com o historiador que o escreveu. Exemplificarei com o grande historiador que é o patrono das aulas que ora ministro e em cuja homenagem foram instituídas. G. M.

Trevelyan, como nos conta em sua autobiografia, foi "educado em casa numa tradição um tanto exuberantemente *whig*"[20]; ele não repudiaria o título, imagino, se o descrevesse como o último, e não o menor, dos grandes historiadores liberais ingleses da tradição *whig.** Não é por acaso que ele reconstitui sua árvore genealógica, desde o grande historiador *whig,* George Otto Trevelyan até Macaulay, que foi, incomparavelmente, o maior dos historiadores *whigs*. O mais admirável e maduro trabalho de Trevelyan, *England under queen Anne,* foi escrito levando em conta as suas origens e somente terá sentido e importância para o leitor se levar em conta o *background* do historiador. De fato, o autor não deixa outra saída para o leitor, pois se você seguir a técnica dos amantes dos romances policiais e ler primeiro o fim, encontrará nas últimas páginas do terceiro volume o melhor resumo que conheço daquilo que é hoje chamado de interpretação *whig* da história; verá então que o que Trevelyan está tentando fazer é investigar a origem e o desenvolvimento da tradição *whig,* vinculando as suas raízes firmemente aos anos que se seguiram à morte de seu fundador Guilherme III. Embora esta não seja, talvez, a única interpretação concebível dos acontecimentos no reinado da rainha Ana, é uma interpretação válida e, nas mãos de Trevelyan, frutífera. Mas, a fim de apreciá-la em todo seu valor, o leitor tem de entender o que o historiador está fazendo. Pois como diz Collingwood, o historiador deve reviver no pensamento o que se passou na mente de seus "dramatis personae", a fim de que o leitor, por sua vez, possa reviver o que se passa na mente do historiador. Estude o historiador antes de começar a estudar os fatos. Isto não é, afinal, muito obscuro. É o que já é feito pelo estudante inteligente que, quando recomendado a ler um trabalho de Jones, aquele grande humanista de *St. Jude,* vai procurar um colega em *St. Jude* para perguntar que tipo de cara é Jones e o que ele tem na cabeça. Quando você lê um trabalho de história, procura saber o que se passa na cabeça do historiador.

---

* N.R. *Whig* foi a denominação dada em oposição a *tory,* ambas de cunho pejorativo na sua origem (final do século XVII), ao partido que advogava a exclusão de Jaime, duque de York, da linha de sucessão ao trono. Com a evolução da Inglaterra nos séculos XVIII e XIX, ambos os nomes passaram a designar os partidos políticos dominantes, cabendo aos *whigs* defender os interesses e o poder da nobreza, representados no Parlamento, face ao absolutismo da Coroa. As mudanças econômicas, operadas sobretudo a partir do final do século XVIII, tiveram nos *whigs* os seus defensores. Da sua ala radical emergiu o Partido Liberal em oposição aos *tories* conservadores. A tradição associa aos *whigs* a vitória do parlamentarismo e a garantia das liberdades individuais.

Se não conseguir, o defeito é seu ou dele. Os fatos na verdade não são absolutamente como peixes na peixaria. Eles são como peixes nadando livremente num oceano vasto e algumas vezes inacessível; o que o historiador pesca dependerá parcialmente da sorte, mas principalmente da parte do oceano em que ele prefere pescar e do molinete que ele usa - fatores estes que são naturalmente determinados pela qualidade de peixes que ele quer pegar. De um modo geral, o historiador conseguirá o tipo de fatos que ele quer. História significa interpretação. De fato, se, utilizando as palavras de Sir George Clark, eu chamasse história de "um caroço duro de interpretação cercado por uma polpa de fatos discutíveis", minha afirmação seria, sem dúvida, parcial e desorientadora, mas não tanto quanto ousaria pensar a opinião original.

O segundo ponto, que é o mais conhecido, diz respeito à necessidade por parte do historiador de usar a imaginação para compreender a mente das pessoas com as quais está lidando e o pensamento que conduz os seus atos: digo "compreensão com imaginação" e não "simpatia", com receio de que simpatia possa significar concordância implícita. O século XIX foi fraco em história medieval porque repudiava demasiadamente as crenças supersticiosas da Idade Média e as barbaridades que elas inspiravam, não podendo ter qualquer compreensão imaginativa do povo da Idade Média. Ou tomemos o comentário crítico de Burckhardt sobre a Guerra dos Trinta Anos: "É escandaloso que um credo, seja católico ou protestante, coloque a sua salvação acima da integridade da nação"[21]. Era extremamente difícil para um historiador liberal do século XIX, educado para acreditar que é certo e louvável matar em defesa do próprio país mas é errado e perverso matar em defesa da própria religião, colocar-se no estado de espírito daqueles que lutaram na Guerra dos Trinta Anos. Tal dificuldade é particularmente aguda no campo em que estou trabalhando agora. Muito do que tem sido escrito nos países de língua inglesa nos últimos dez anos sobre a União Soviética e, na União Soviética, sobre os países de língua inglesa tem sido invalidado por esta inabilidade de alcançar mesmo a medida mais elementar de compreensão imaginativa do que se passa na mente do outro lado, de tal maneira que palavras e ações do outro são sempre feitas de modo a parecerem malignas, sem sentido ou hipócritas. A história não pode ser escrita a menos que o historiador possa atingir algum tipo de contato com a mente daqueles sobre quem está escrevendo.

O terceiro ponto é que nós podemos visualizar o passado e atingir nossa compreensão do passado somente através dos olhos do presente. O historiador pertence à sua época e a ela se liga pelas condições de existência humana. As próprias palavras

que usa - tais como democracia, império, guerra, revolução - têm conotações presentes das quais ele não se pode divorciar. Historiadores voltados para a antigüidade adotaram palavras como *polis e plebs* no original, exatamente para mostrar que não caíram nesta armadilha. Isso não os ajuda. Eles também vivem no presente e não podem enganar a si mesmos sobre o passado usando palavras pouco familiares ou obsoletas, do mesmo modo que não se tornariam melhores historiadores da Grécia ou de Roma se fizessem suas conferências vestindo *chlamys* ou *toga.* Os nomes pelos quais sucessivos historiadores franceses descreveram as multidões parisienses que desempenharam um papel tão proeminente na Revolução Francesa - *les sans-culottes, le peuple, la canaille, les brasmus* - são todos, para aqueles que conhecem as regras do jogo, manifestos de uma afiliação política e de uma interpretação particular. Ainda assim, o historiador é obrigado a escolher; o uso da linguagem impede-o de ser neutro. Também não é um problema apenas de palavras. Nos últimos cem anos, a mudança do equilíbrio do poder na Europa inverteu a atitude de historiadores britânicos em relação a Frederico, o Grande. A mudança do equilíbrio do poder entre catolicismo e protestantismo alterou profundamente suas atitudes em relação a figuras tais como Loyola, Lutero e Cromwell. Basta um conhecimento superficial da obra dos historiadores franceses dos últimos 40 anos, sobre a Revolução Francesa, para reconhecer o quanto a visão sobre ela foi profundamente afetada pela Revolução Russa de 1917. O historiador pertence não ao passado mas ao presente. O professor Trevor-Roper nos diz que o historiador "deve amar o passado"[22]. Esta é uma injunção dúbia. Amar o passado pode facilmente ser uma expressão do romantismo nostálgico de homens velhos e sociedades velhas, um sintoma de perda de fé e interesse no presente ou no futuro[23]. Clichê por clichê, eu preferiria um sobre libertar-se da "mão-morta do passado". A função do historiador não é amar o passado ou emancipar-se do passado, mas dominá-lo e entendê-lo como a chave para a compreensão do presente.

Se, entretanto, estes são alguns dos discernimentos do que eu me permito chamar de a visão da história de Collingwood, *é* tempo de se levar em consideração alguns dos perigos. O fato de se enfatizar o papel do historiador na elaboração da história tende, se pressionado à sua conclusão lógica, a rejeitar todo e qualquer objetivo da história: a história é o que o historiador faz. Collingwood parece aliás, num momento, em nota inédita citada por seu editor, ter atingido esta conclusão:

Santo Agostinho via a história do ponto de vista dos primeiros cristãos; Tillamont, do ponto de vista de um francês do século XVII; Gibbon, daquele de um

inglês do século XVIII; Mommsen, daquele de um alemão do século XIX. Não há por que perguntar qual era o ponto de vista correto. Cada um era o único possível para o homem que o adotou.[24].

Isto eleva-se ao ceticismo total, como o comentário de Froude de que história é "uma caixa de letras para criança com a qual nós podemos soletrar qualquer palavra que nos agrade"[25]. Collingwood, em sua reação contra a "história do tipo tesoura e cola", contra a visão da história como uma mera compilação de fatos, chega perigosamente quase a tratar a história como algo tecido pelo cérebro humano e retorna à conclusão a que Sir George Clark se referiu na passagem que citamos anteriormente, de que "não há verdade histórica objetiva". Em lugar da teoria segundo a qual a história não tem significado, aqui nos oferecem a teoria de uma infinidade de significados, nenhum mais certo do que o outro - o que, no fundo, dá no mesmo. A segunda teoria é certamente tão insustentável quanto a primeira. Não podemos concluir que, porque uma montanha parece tomar diferentes formas de acordo com os diversos ângulos de visão, não tem objetivamente ou nenhuma forma em absoluto ou uma infinidade de formas. Não podemos concluir que, porque a interpretação desempenha um papel necessário no estabelecimento dos fatos da história e porque nenhuma interpretação é completamente objetiva, qualquer interpretação é tão boa quanto outra e que os fatos da história não são, em princípio, responsáveis pela interpretação objetiva. Terei de considerar num estágio mais avançado o que exatamente quero definir como objetividade em história.

Mas um perigo ainda maior esconde-se na hipótese de Collingwood. Se o historiador necessariamente observa o período da história que lhe está interessando com os olhos de seu próprio tempo e estuda os problemas do passado como uma chave para os problemas do presente, não cairá numa visão puramente pragmática dos fatos e sustentará que o critério para uma interpretação correta é a sua adequabilidade a algum propósito atual? Desta hipótese, os fatos da história não são nada, a interpretação é tudo. Nietzsche já enunciara o princípio: "A falsidade de uma opinião não é para nós qualquer objeção a ela... A questão é o quanto ela é promotora de vida, preservadora de vida, preservadora da espécie e talvez criadora de espécie"[26]: Os pragmatistas americanos se moveram menos explícita e sinceramente ao longo da mesma linha. Conhecimento é conhecimento para algum fim. A validade do conhecimento depende da validade do propósito. Mas mesmo onde tal teoria não foi professada, a prática tem sido com freqüência não menos inquietante. No meu próprio campo de estudo tenho visto exemplos demasiados de interpretações extravagantes vagamente baseadas em fatos e

que não parecem ligar a isso. Não surpreende que a leitura de alguns dos produtos mais extremos da historiografia das escolas soviética e anti-soviética deva provocar às vezes uma certa nostalgia da segurança ilusória que advinha da história puramente factual do século XIX.

Como então, no meio do século XX, devemos definir o compromisso do historiador para com seus fatos? Reconheço que gastei muitas horas nos últimos anos procurando e examinando documentos e recheando minha narrativa histórica com fatos devidamente anotados com explicações de pé de página, para escapar à imputação de tratar fatos e documentos com demasiado desdém. O dever do historiador de respeitar seus fatos não termina ao verificar a exatidão deles. Ele deve procurar focalizar todos os fatos conhecidos, ou que possam ser conhecidos, e que tenham alguma importância para o tema em que está empenhado e para a interpretação a que se propôs. Se ele procura descrever o inglês vitoriano como um ser moral e racional, não deve esquecer o que aconteceu em Stalybridge Wakes em 1850. Mas isto, por sua vez, não significa que ele possa eliminar a interpretação, que é o sangue vivo da história. Alguns leigos - quero dizer, amigos não acadêmicos ou amigos de outras disciplinas acadêmicas - perguntam-me às vezes de que forma o historiador trabalha quando escreve história. A suposição mais comum parece ser a de que o historiador divide seu trabalho em duas fases ou períodos rigidamente distintos. Primeiramente, ele leva muito tempo lendo suas fontes e enchendo seus cadernos de anotações com fatos. Depois então, quando esta fase está acabada, ele deixa de lado suas fontes, pega seu caderno de anotações e escreve seu livro do princípio ao fim. Este quadro não me é convincente nem plausível. Quanto a mim, tão logo termino com algumas das fontes que considero mais importantes, o desejo se torna forte demais e eu começo a escrever - não necessariamente do início, mas a partir de qualquer ponto. Daí em diante, leitura e escrita continuam simultaneamente. Na medida em que vou lendo, faço acréscimos à leitura, ou subtrações, reformulo ou cancelo. A leitura é guiada, dirigida, e tornada proveitosa pela escrita: quanto mais escrevo, mais sei o que estou procurando, compreendo melhor o sentido e a relevância daquilo que descubro. Alguns historiadores provavelmente fazem todo este trabalho preliminar de escrita mentalmente, sem usar caneta, papel ou máquina de escrever, da mesma maneira corno algumas pessoas já jogam xadrez "de cabeça", sem recorrer o tabuleiro e a outro enxadrista: este é um talento que invejo mas não posso imitar. Entretanto, estou convencido de que, para qualquer historiador digno do nome, os dois processos que os economistas chamam de *imput* e *output* desenrolam-se

simultaneamente e são, na prática, partes de um processo único. Se você tenta separá-los ou dar a um prioridade sobre o outro, cairá numa das seguintes heresias: ou escreve história do tipo tesoura e cola, sem significado ou expressão, ou escreve propaganda ou ficção histórica, usando os fatos do passado como meros enfeites de um tipo de relato que nada tem a ver com a história.

Ao examinarmos a relação do historiador com os fatos da história, encontramo-nos, portanto, numa situação aparentemente precária, navegando cuidadosamente entre Sila, de um lado, uma insustentável teoria da história como sendo uma compilação objetiva de fatos, de inqualificável primado, do fato sobre a interpretação e, de outro lado, Caribde, uma igualmente insustentável teoria da história como um produto subjetivo da mente do historiador, que estabelece os fatos da história e domina-os através do processo de interpretação, entre uma visão da história cujo centro de gravidade é o passado, e outra, cujo eixo gira em torno do presente*. Mas nossa situação é menos precária do que parece. Encontraremos a mesma dicotomia entre fato e interpretação mais adiante, sob outras formas - a particular e a geral, a empírica e a teórica, a objetiva e a subjetiva. O dilema do historiador é um reflexo da natureza do homem. O homem, salvo nos primeiros anos da infância e nos últimos da velhice, não é totalmente envolvido pelo seu meio ou incondicionalmente sujeito a ele. Por outro lado, ele nunca é totalmente independente dele nem o domina incondicionalmente. A relação do homem com seu meio é a relação do historiador com seu tema. O historiador não é um escravo humilde nem um senhor tirânico de seus fatos. A relação entre o historiador e seus fatos é de igualdade e de reciprocidade. Como qualquer historiador ativo sabe, se ele pára para avaliar o que está fazendo enquanto pensa e escreve, o historiador entra num processo contínuo de moldar seus fatos segundo sua interpretação e sua interpretação segundo seus fatos. É impossível determinar a primazia de um sobre o outro.

O historiador começa com uma seleção provisória de fatos e uma interpretação também provisória, a partir da qual a seleção foi feita - tanto pelos outros quanto por ele mesmo. Enquanto trabalha, tanto a interpretação e a seleção quanto a ordenação de fatos passam por mudanças sutis e talvez parcialmente inconscientes, através da ação recíproca de uma ou da outra.

---

* N.R. Entre Sila e Caribde (respectivamente, recife e turbilhão do estreito de Messina), i.e., estar entre dois perigos ou escapar de um mal para cair em outro maior.

Essa ação mútua também envolve a reciprocidade entre presente e passado, uma vez que o historiador faz parte do presente e os fatos pertencem ao passado. O historiador e os fatos históricos são necessários um ao outro. O historiador sem seus fatos não tem raízes e é inútil; os fatos sem seu historiador são mortos e sem significado. Portanto, minha primeira resposta à pergunta "Que é história?" é que ela se constitui de um processo contínuo de interação entre o historiador e seus fatos, um diálogo interminável entre o presente e o passado.

1.*The Cambridge Modern History: its origin, authorship and production,* 1907, PP. 10-12.

2. *The New Cambridge Modem History,* introdução, 1957, pp. xxiv-xxv. 44

3. Acton, *Lectures on modern history,* 1906, p. 318.

4. Citado em *Listener,* 19 de junho de 1952, p. 992.

5. *M. Manilii Astronomicon: liber primus,* 2ª ed., 1937, p. 87.

6. T. Parsons e E. Shils, *Towards a general theory of action,* 3ª ed., 1954, p. 167.

7. Lord George Sanger, *Seventy years a showman,* 2ª ed., 1926, pp. 188-9.

8. Dr. Kitson Clark, *The making of victorian England,* 1962.

9. J. B. Bury, *Selected essays,* 1930, p. 52.

10. G. Barraclough, *History in a Changing world,* 1955, p. 14.

11. Lytton Strachey, prefácio de *Eminent victorians.*

12. Citado em G. P. Gooch, *History and Historians in the nineteenth Century,* p. 385; mais tarde, Acton disse de Dollinger que "lhe fora dado formar sua filosofia da história a partir da maior indução que jamais coube ao homem". In *History of freedom and other essays,* 1907, p. 435.

13. *Cambridge Modern History,* introdução, 1902, p. 4.

14. *Gustav Stresemann, his diaries, letters and papers,* introdução, 1935, nota do editor inglês.

15. H. Butterfield, *The whig interpretation of history,* 1931, p. 67.

16. A. L. Rowse, *The end of an epoch,* 1947, pp. 282-3.

17. O contexto deste aforisma célebre é o seguinte: "As exigências práticas que suportam todo julgamento histórico dá a toda história o caráter de 'história contemporânea', porque, mesmo que os eventos assim recontados possam parecer remotos no tempo, a história na verdade refere-se a necessidades presentes e situações presentes, onde aqueles acontecimentos vibram." In B. Croce, *History as the story of liberty,* tradução inglesa de 1941, p. 19.

18. *Atlantic Monthly,* outubro de 1910, p. 528.

19. M. Oakeshott, *Experience and its modes,* 1933, p. 99.

20. G. M. Trevelyan, *An autobiography,* 1949, p. II.

21. J. Burckhardt, *Judgements on history and historians,* 1959, p. 179.

22. Introdução a J. Burckhardt, *Judgements on history and historians,* 1959,p. 17.

23. Compare-se a visão da história de Nietzsche: "À velhice pertence a ocupação do homem velho de olhar para trás e calcular suas contas, de procurar consolo nas lembranças do passado, na cultura histórica." In *Thoughts out of season,* tradução inglesa, 1909, ii, pp. 65-6.

24. R. Collingwood, *The idea of history,* 1946, p. xii.

25. A Froude, *Short Studies on great subjects,* introdução, 1894, p. 21.

26. *Beyond good and evil,* capítulo i.